

Setor privado é chave para Brasil alcançar metas climáticas¹

Thelma Krug²
Ione Anderson³

Com o agravamento dos eventos extremos, das secas prolongadas às enchentes devastadoras, a mudança do clima deixou de ser uma preocupação futura para se tornar uma urgência presente. No centro dessa transformação, o setor privado brasileiro tem um papel estratégico - e inevitável. A nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, submetida em 2024, estabelece uma meta ambiciosa que envolve todos os setores da economia: a de reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa de 59% a 67% abaixo dos níveis de 2005. Para cumprir esta meta, o Brasil identifica uma série de medidas e planos para alcançar em 2035 a metade das emissões de 2022. Considerando que em 2030 o país se comprometeu a zerar suas emissões resultantes do desmatamento ilegal, a maior fonte de gases de efeito estufa, como contrabalancear o esperado aumento das emissões dos outros setores?

As reuniões dos Órgãos Subsidiários da Convenção do Clima que aconteceram em Bonn, Alemanha, são uma preparatória para a ambiciosa agenda da COP30, que buscará avançar na efetiva implementação do Acordo de Paris, particularmente na necessidade de um financiamento climático previsível e adequado, avançar no entendimento de uma transição justa, e adaptação como eixo central da resiliência nacional. O relatório do primeiro Balanço Global, o processo que avalia como os países estão progredindo em relação às metas de redução de emissões estabelecidas em seus planos ação nacionais, destaca a importância da participação ativa de diversos atores da sociedade. A Quarta Carta da Presidência da COP30, reconhece o setor privado como agente fundamental da ação climática para acelerar soluções.

Inclusive, o relatório do Balanço Global de 2023 do Acordo de Paris “reconhece o papel do setor privado e destaca a necessidade de fortalecer a orientação política, os incentivos, às regulamentações e as condições favoráveis para atingir a escala de investimentos necessária para alcançar uma transição global rumo a baixas emissões de gases de efeito estufa e um desenvolvimento resiliente ao clima.”

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/setor-privado-e-chave-para-brasil-alcancar-metas-climaticas.ghtml>

Acessado em 04.07.2025

² Coordenadora do Conselho Ad Hoc Ciência e Clima da COP30, doutora em Estatística Espacial, ex-vice-presidente do IPCC

³ Sócia da EY Brasil, especialista em governança ambiental global

Antes da meta proposta para 2035, o Brasil definiu objetivos para 2025 e 2030. A meta para 2025, é reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em 48,4% abaixo dos níveis de 2005.

De 2022 a 2025, o desmatamento nos biomas brasileiros vem diminuindo de forma sistemática e com consequentes reduções de emissões. Mesmo com as remoções de CO₂ nas áreas de vegetação secundária, o balanço ainda será de um setor fonte de emissões - progressivamente menores, mas possivelmente não suficientes para que o Brasil cumpra sua meta de 2025. Mesmo assumindo uma leve queda das emissões nos outros setores da economia, exceto Agricultura, com um leve aumento relativo a 2022, igual a 0,67 Gt CO₂ -e e a menor emissão já registrada para o uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (LULUCF) em 2012, igual a 0,17 Gt CO₂ -e, o total de emissões em 2025 não atinge no valor comprometido pelo Brasil.

Em 2030, a meta é atingir um total de emissões de 1,05 Gt CO₂ -e. Mesmo considerando que as emissões de LULUCF sejam zeradas, o que é improvável frente ao aumento dos extremos climáticos e impactos na maior frequência e intensidade de eventos de queimada, será desafiador para o Brasil alcançar este limiar de emissões. A maior demanda por energia, alimentos, tanto para consumo nacional quanto para exportação, e uma maior produção industrial, por exemplo, provavelmente irão tornar menos provável reduções significativas nos setores energia, processos industriais e agricultura.

Segundo o Banco Central do Brasil (2021), não há uma solução única para a crise climática. A viabilidade do nosso futuro depende de uma miríade de ações e atores - e o setor privado ocupa posição central nesse ecossistema. Com velocidade, escala e capacidade de inovação, as empresas podem promover as transformações que governos, muitas vezes, não conseguem executar sozinhos. “Quem sair na frente terá uma vantagem competitiva nas próximas décadas, quando o mundo precisará atingir net-zero. Mas a certeza de sucesso só existe se todos fizerem sua parte.” No ano em que os negociadores da COP30 se reunirão pela primeira vez não para construir um acordo, mas para implementá-lo, o setor privado tem a chance de assumir um papel histórico: fazer da ação climática, ela sim, um caminho sem volta.

A atuação empresarial, por mais robusta que seja, não pode prescindir da parceria com o poder público. Um exemplo claro é o setor de transporte coletivo: a eletrificação das frotas urbanas depende de políticas públicas, subsídios e infraestrutura energética adequada. Investimentos públicos nessa área são estratégicos, já que a poluição do ar é uma das maiores causas de gastos com saúde nos centros urbanos.

Há também avanços importantes que mostram o compromisso do Brasil com a agenda climática. Em 2023, o governo federal relançou o Fundo Amazônia e retomou os planos de combate ao desmatamento. Os resultados são promissores: e, 2023, houve redução de desmatamento na Amazônia, na Mata Atlântica, no Pampa e no Pantanal. A Amazônia registrou queda de 22% em 2023 e de 30,5% em 2024. No Cerrado, o desmatamento caiu em quase 26% em 2024. Nos dez primeiros meses do ano de referência 2025, os alertas de desmatamento reduziram em 33% no Cerrado e em 74,5% no Pantanal. O país ainda lançou o ambicioso “Arco da Restauração”, com meta de recuperar 24 milhões de hectares da floresta amazônica até 2050, mobilizando cerca de R\$ 200 bilhões.

Apesar dessas iniciativas, os desafios persistem. Muitos países da América Latina ainda baseiam suas metas em cenários “business as usual”, que consideram a manutenção das atuais tendências econômicas - um risco diante da incerteza global. É preciso migrar para modelos baseados em metas absolutas, integrando todos os setores da economia e articulando ações de mitigação e adaptação com justiça climática e inclusão social.

O mundo está mudando - e com ele, a lógica de negócios. Empresas que não incorporarem critérios climáticos em suas decisões de investimento e operação poderão perder relevância. Já aquelas que assumirem a dianteira terão acesso a novos mercados, investidores conscientes, consumidores mais exigentes e reputação fortalecida.

O setor privado não é mais apenas um observador da crise climática. É parte do problema, sim - mas também é parte essencial da solução. O futuro será dos que entenderem que sustentabilidade, inovação e competitividade caminham lado a lado.